UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
ÁREA DE DIREITOS HUMANOS

*Título: Direito à origem e à identidade no contexto da adoção – a
irrevogabilidade numa perspectiva crítica*

Dissertação de Mestrado

Profª. Orientadora: Eunice Aparecida de Jesus Prudente

Aluna: Ana Carolina Fuliaro Bittencourt

nº USP: 2862868

Ingresso no programa: 20/01/2011

Prazo limite para depósito: 21/07/2014

São Paulo, julho de 2014.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado pretende estudar o desdobramento da garantia do direito à origem de crianças e adolescentes no contexto da adoção, marcada pelo rompimento dos vínculos com a família biológica e pela irrevogabilidade, ressaltando o possível reflexo dessa opção legislativa na formação da identidade e personalidade desses sujeitos de direito. Assume-se, com tal propósito, a necessidade de uma nova visão do instituto, que contemple não apenas o seu caráter construtivo e garantista, ou seja, formação e garantia de uma família à criança ou adolescente, mas também o seu traço de desconstrução, muitas vezes pouco estudado: significa a desconstrução de um nome, uma filiação, uma origem, um passado e uma história, enquanto outros serão formados de modo ficcional.

A análise da adoção sob o enfoque de solidariedade social pressupõe o conhecimento e a escuta atenta das famílias que tem seus filhos afastados do convívio e submetidos a medidas de acolhimento institucional, com o fim de aferir o sensível descompasso entre teoria e prática da doutrina da proteção integral contemplada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A ampliação dos espaços para escuta de todos os atores pressupõe, ainda, o fortalecimento das capacidades de crianças e adolescentes posicionarem-se como verdadeiros sujeitos de direito quanto às questões afetas aos seus próprios destinos.

Nessa linha de raciocínio, conceitos corriqueiramente invocados nos discursos forenses para fins de afastamento de pais e filhos passam por uma profunda revisão norteadas pelos conhecimentos de outras áreas de ciências humanas, de modo interdisciplinar, tais como história, psicologia e sociologia. Observa-se, com destaque, a dificuldade de garantia de permanência e estabilidade em um mundo marcado por relações fluidas e voláteis, notadamente quando se trata do Direito da Infância e Juventude, formado, de um lado, por pessoas em franco processo de desenvolvimento – crianças e adolescentes – e, de outro, por suas famílias, como típico fenômeno social, inseridas em um processo aflitivo de afirmação de direitos.

Ao final, caminha-se para a conclusão de que a figura da filiação múltipla poderia auxiliar na compatibilização do passado e do futuro de crianças e adolescentes adotados, preservando suas identidades e personalidades.

PALAVRAS-CHAVE

Direito da Infância e Juventude; Adoção; Irrevogabilidade.

ABSTRACT

This PhD thesis intends to study the development, as far as adoption is concerned, of children and adolescents' right to origin, marked by the sunder of bonds with the biological family as well as by its irrevocability, denouncing the possible reflex of such legislative options on the development of identity and personality of those legal subjects. It is hereby assumed, thus, the necessity of a new envision of this institute, contemplating not only its constructive and safeguarding character, i.e., the formation and safeguarding of the right of a family to a child or adolescent, but also its deconstructive feature, often less studied: that is, the deconstruction of a name, affiliation, past and history, while others are conceived fictionally.

The study of adoption under a social solidarity scope presumes the acknowledgement and the focused listening of families which had their children separated from of their lives and submitted to institutional sheltering measures, with the purpose of identifying the reasonable gap between theory and practice, regarding the integral protection doctrine contemplated by the Children and Adolescents Statute. The amplification of spaces for listening to those actors presumes, also, the strengthening of children and adolescents' capacity to position themselves as true legal subjects, in relation to questions concerning their own destinies.

In that line of reasoning, commonly referred by legal opinions regarding the separation of parents and children, a profound review based on concepts of other humanities sciences is interdisciplinarily conducted, involving history, psychology and sociology. It is observed, apropos, the difficulty of safeguarding permanence and stability in a world distinguished by fluid and volatile relationships, specially as far as the Children and Adolescents Law is concerned, being composed, on one hand, by people during a direct process of development – children and adolescents – and, on the other, by their families, in a typical social phenomenon inserted in a distressing process of confirmation of rights.

In conclusion, it is submitted that the concept of multiple affiliation could help the harmonization of adopted children and teenagers' past and future, preserving their identities and personalities.

KEY WORDS

Children and Adolescents Law; Adoption; Irrevocability.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
I. O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Erro! Indicador não definido.
I (a). O Direito da Infância e Juventude e os Direitos Humanos.....	Erro! Indicador não definido.
I (b). Evolução histórica do Direito da Infância e Juventude	Erro! Indicador não definido.
I (b.1). A questão social do “menor”	Erro! Indicador não definido.
I (b.2). A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente no cenário internacional	Erro! Indicador não definido.
I (b.3). A evolução histórica da legislação nacional e das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente.....	Erro! Indicador não definido.
II. ADOÇÃO: ARCABOUÇO JURÍDICO	Erro! Indicador não definido.
II (a). A doutrina da Proteção Integral: a criança e o adolescente como sujeitos de direito	Erro! Indicador não definido.
II (b). Os direitos fundamentais da criança e do adolescente: o direito à convivência familiar	Erro! Indicador não definido.
II (c). Princípios Jurídicos do Direito da Infância e Juventude: O Princípio do Melhor Interesse.....	Erro! Indicador não definido.
II (d). A colocação em família substituta: modalidade Adoção.....	Erro! Indicador não definido.
II (e). Decisões Judiciais	Erro! Indicador não definido.
III. ADOÇÃO: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR	Erro! Indicador não definido.
III (a). A doutrina da Proteção Integral: a criança e o adolescente como sujeitos de direito	Erro! Indicador não definido.
III (b). Os direitos fundamentais da criança e do adolescente: O direito à convivência familiar	Erro! Indicador não definido.
III (c). A colocação em família substituta: modalidade Adoção.....	Erro! Indicador não definido.
III (d). Adoção – Perspectiva Crítica	Erro! Indicador não definido.
CONCLUSÃO	15
BIBLIOGRAFIA	27
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.
ANEXO I.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO II	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

*“Quando os adultos ensinam, nos tornamos cientistas:
aprendemos os conhecimentos que nos permitem
dominar o mundo. Quando são as crianças que ensinam,
nós aprendemos a arte de viver. Tornamo-nos sábios.”*
(Ruben Alves)

A Lei nº 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, sedimenta no Direito brasileiro a doutrina da proteção integral à infância e à juventude, garantindo o respeito aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, com absoluta prioridade. Dentre os direitos garantidos pelo referido diploma legal, situa-se o da convivência familiar, ou seja, o direito atribuído à criança e ao adolescente de crescer como integrante de uma família que lhe possibilite o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Um dos principais instrumentos de efetivação do direito à convivência familiar é a adoção, uma das modalidades de colocação em família substituta.¹

O artigo 48 da Lei nº 8.069/90, em sua redação original, dispunha que “a adoção é irrevogável”. Essa irrevogabilidade do instituto procurou garantir estabilidade jurídica à estrutura familiar construída com a adoção, a fim de evitar comprometimento de direitos de titularidade do adotado. Justificou-se, em especial, pela disciplina constitucional conferida ao assunto, especificamente disposta no artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.” A busca pela necessária igualdade jurídica entre os filhos advindos ou não da adoção motivou a opção do legislador pela irrevogabilidade do instituto e pelo rompimento de vínculos com a família biológica. A doutrina, entendendo a importância da adoção, passou a destacar seu caráter irrevogável, sob enfoque eminentemente garantista.

¹ “A adoção é o instituto pelo qual se estabelece o vínculo de filiação por decisão judicial, em caráter irrevogável, quando não for possível a manutenção da criança ou adolescente em sua família natural ou extensa.” Definição de Murillo DIGIÁCOMO, em comentário ao artigo 39 da Lei nº 8.069/90, in CURY, Munir. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais*. 10ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2010, p.190.

Nesse sentido, é comum encontrar na doutrina posicionamentos como o sustentado na obra organizada por Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade MACIEL:

*“Por estar formada uma família, por estar sendo concebido um filho através da adoção, por ser este filho idêntico a qualquer outro, já que filho, o legislador, corretamente, disciplinou, no art.48, do ECA, ser irrevogável a adoção. O filho biológico não pode ser devolvido, o vínculo de parentesco se mantém por toda a vida e até depois dela; não poderia ser diferente com relação à adoção. Como consequência desta regra temos a constante do art.49, do ECA, que dispõe que o poder familiar dos pais biológicos não se restabelece com a morte dos pais adotivos. Rompido o vínculo de parentesco com a criação de um vínculo novo, aquele não mais se restabelece.”*²

Entretanto, com o passar do tempo, os Tribunais depararam-se com casos peculiares envolvendo a adoção de indivíduos que buscavam o conhecimento de sua origem biológica. Desenvolveu-se, portanto, uma argumentação invocada pelas Cortes nacionais – acredita-se que não formadora de uma jurisprudência em virtude da excepcionalidade dos casos sujeitos a julgamento – baseada no princípio do melhor interesse da criança. Reconheceu-se a importância dos direitos à identidade e à origem, como corolários do direito fundamental à dignidade do indivíduo. Além disso, com base no vínculo de afeto, registrou-se precedente de dissolução do instituto³.

Tais decisões judiciais procuraram sempre ressaltar a excepcionalidade de seus posicionamentos, na medida em que o texto da lei expressamente a eles se contrapunha.

Cumprido reconhecer que tais julgados, atentos à realidade da vida, resgatam a noção de afeto como elemento das relações familiares e, alterando a lógica jurídica até então estabelecida, consideram-no como integrante do conceito de filiação, em detrimento de um critério eminentemente formal ou biológico. Tal posicionamento

² MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente, aspectos teóricos e práticos*. 3ª ed..Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p.178.

³ Nesse sentido, a Apelação Cível 2005.032504-8, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, julgada em 16.12.2005, relator o Des. Sérgio Izidoro Heil, *in verbis*: “Apelação cível – Ação ordinária visando à dissolução da adoção - Demanda ajuizada consensualmente pelo adotante e o adotado – Vínculo estabelecido entre o filho e o marido da mãe biológica que, após quatro anos da consolidação do processo adotivo, separou-se do adotante – Inexistência de qualquer vínculo afetivo entre os envolvidos – Situação mantida formalmente, que acabou gerando a instabilidade psicológica do adotado em face da obrigação de manter um sobrenome com o qual não se identifica – Dever de observância do princípio da dignidade da pessoa humana – Inteligência do artigo 1º, III, da Constituição Federal – Decisão reformada para julgar procedente a pretensão dos apelantes – Recurso provido”.

reflete o movimento hoje percebido na doutrina civilista que busca aproximar o Direito de Família dos princípios constitucionais, notadamente o da dignidade da pessoa humana, construindo, com isso, a noção jurídica de filiação socioafetiva em contraponto à filiação biológica, atribuindo àquela consequências jurídicas até então pouco trabalhadas pelo Direito.

Em 29 de julho de 2009, a Lei nº 12.010 alterou diversos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente; contudo, a irrevogabilidade da adoção permaneceu, realocada no artigo 39, parágrafo 1º, da Lei nº 8.069/90: *“A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art.25 desta Lei.”*

O reflexo das decisões judiciais acima mencionadas, que se socorriam dos direitos à origem e à identidade do indivíduo, como corolários do direito fundamental à dignidade, no contexto da adoção, pode ser percebido, de forma bastante sutil, na nova redação do artigo 48 da Lei nº 8.069/90: *“O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.”*

Portanto, atualmente, o Direito positivo convive com a irrevogabilidade da adoção e com a previsão de rompimento de vínculos com a família biológica e, ao mesmo tempo, com o reconhecimento expresso do direito ao conhecimento dos dados de origem. A doutrina, em um esforço de argumentação técnico-dogmática, com o fim de conferir coerência ao sistema jurídico, ensina que o direito à filiação não coincide com o direito à origem. Ou seja, a adoção não teria o condão de apagar vínculos naturais (origem), mas apenas vínculos jurídicos (filiação). Sobre o assunto, cumpre destacar o seguinte posicionamento de Tânia da Silva PEREIRA:

“A busca da própria origem, tão presente nas adoções, concretiza-se na vida moderna pela necessidade, muitas vezes, de identificação genética tendo como sede o direito da personalidade, sem estar ligada, necessária e exclusivamente, à presunção de filiação e paternidade para fins patrimoniais. Em nome do princípio da dignidade humana não se pode excluir o direito de qualquer pessoa perseguir sua identidade genética,

*franqueando-lhe a vida, a saúde e a paternidade, a história pessoal e os traços sócio-culturais.”*⁴

Em síntese, o Direito autoriza o conhecimento dos dados de origem da pessoa adotada, mas não autoriza o resgate jurídico desses dados.

A importância da irrevogabilidade da adoção, justificada pelo rompimento dos vínculos da criança ou do adolescente com a família biológica para que outros se formem com a família substituta, de forma pretensamente imutável, pode ser percebida quando a doutrina adverte que, caso o filho retorne aos cuidados da família de origem, apenas o fará mediante nova adoção.⁵

Esse cenário demanda algumas ponderações, especialmente advindas da observação de que a realidade envolvendo crianças, adolescentes e suas famílias nada tem de estanque. Ao contrário, o Direito da Infância e da Juventude se propõe a atuar sobre uma realidade formada, de um lado, por seres humanos em franco processo de desenvolvimento de suas capacidades físicas, psíquicas, emocionais e valorativas – crianças e adolescentes – e, de outro, por suas famílias que, por essência, já representam um fenômeno social em constante mutação, notadamente quando se inserem em um processo aflitivo de afirmação de direitos. São dois vértices, portanto, que alimentam relações de dinamismo acelerado e muitas vezes imprevisível porque, em última análise, refletem com cores mais visíveis a formação do próprio ser humano na sua cotidiana construção e desconstrução de si e do mundo.

Nessa linha de raciocínio, questiona-se qual o grau de estabilidade e permanência que o Direito pode – ou deve – garantir quando pretende ditar regras a uma realidade eminentemente mutável, dinâmica e instável.

⁴ PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da Criança e do Adolescente, uma proposta interdisciplinar*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p.424.

⁵ Sobre o assunto, cumpre transcrever os comentários de Murillo DIGIÁCOMO ao artigo 39, parágrafo 1º, da Lei nº 8.069/90, in CURY, Munir (org.), *Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*, 10ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010, p.194: “Nada impede, porém, que diante da eventual ocorrência de grave violação dos direitos dos filhos por parte de seus pais adotivos, estes tenham decretada a perda do poder familiar que exercem em relação àqueles, tal qual ocorre com os pais biológicos. É também admissível, em tese, que nesta hipótese, assim como no caso de morte dos pais adotivos (vide art. 49 do ECA), os pais biológicos venham a adotar seus ex-filhos, desde que satisfeitos os requisitos legais. Vale destacar que, nestes casos, não há que se falar em ‘restituição’ ou ‘restabelecimento’ do poder familiar, pois, com o deferimento da adoção, há o rompimento de todo e qualquer vínculo do adotado em relação a seus pais biológicos (que uma vez consumada a adoção, perdem a qualidade de ‘pais’ – havendo inclusive o cancelamento do registro civil original – cf. art. 47, parágrafo 2º, da Lei 8.069/90), restando apenas os impedimentos matrimoniais (cf. art.41, caput, do ECA). Por esta mesma razão, não será aplicável, em tais hipóteses, a vedação contida no art. 42, parágrafo 1º, do ECA (que visa a atingir os avós, bisavós etc.).”

Acredita-se que o apego irrefletido à imutabilidade da adoção possa gerar situações atípicas quando a criança e o adolescente adotados, conhecedores de sua origem biológica, passam a com ela se identificar, de forma exclusiva ou complementar.

Em uma primeira hipótese, a criança ou o adolescente, ao retornar ao convívio de sua família biológica, passa a se apresentar com o nome de origem, enquanto no meio social é conhecido por aquele advindo da adoção, e a se considerar filho de pais cujos nomes não constam de sua certidão de nascimento, a quem sequer é conferida a responsabilidade legal de representar a criança ou o adolescente perante os equipamentos sociais. Surgem, portanto, duas realidades distintas que consomem a noção de identidade pessoal, familiar e social da criança e do adolescente.

A hipótese acima colocada pode ser perfeitamente visualizada nos casos de adoção mal sucedida, em que, com o passar do tempo, há um rompimento dos vínculos de afeto e respeito entre a criança e o adolescente adotados e a família adotiva.

Ainda que não se trabalhe com a hipótese de retorno da criança ou do adolescente adotados ao convívio da família biológica, importa destacar que o conhecimento de sua origem gera reflexos na formação da identidade e impulsiona esforços para a construção da própria personalidade, que, então, se apresenta complexa e múltipla, porque baseada em referências familiares distintas, mas ambas reconhecidamente existentes e complementares. Neste caso, o impulso de construção da personalidade a partir do conhecimento pleno de sua história pode ser percebido também nas adoções bem sucedidas.

Diante de tais possibilidades, propõe-se uma análise diferenciada da adoção que contemple não apenas o seu caráter construtivo e garantista, ou seja, formação e garantia de uma família à criança ou ao adolescente, mas também o seu traço de desconstrução, muitas vezes pouco estudado: significa a desconstrução de um nome, uma filiação, uma origem, um passado e uma história, enquanto outros serão formados de modo ficcional – a adoção, em última análise, pode ser entendida como uma ficção jurídica da qual, contudo, poderão, além de direitos e deveres, advir relações afetivas genuínas. Acredita-se que apenas considerando os dois aspectos da adoção, de construção e desconstrução, será possível entender o instituto por completo e garantir que ele, efetivamente, responda aos anseios da criança e do adolescente, aperfeiçoando-o e até mesmo fortalecendo-o.

Não se ignora, pois, a coerência jurídico-dogmática do sistema de proteção à infância e juventude ao distinguir o direito à filiação do direito à origem e ao impor,

quando do retorno do filho adotado à família biológica, a regularização jurídica via nova e sucessiva adoção, mantendo íntegro, com isso, o caráter irrevogável do instituto. Entretanto, questiona-se se tal posicionamento, quando estudado sob enfoque interdisciplinar, tendo como parâmetro o olhar da criança, efetivamente reflete a essência do princípio do melhor interesse. Em sua obra *Os filhos do governo*, Roberto DA SILVA busca descrever a trajetória das crianças órfãs e abandonadas na busca pelo seu passado vivido em ambientes de institucionalização. O trecho a seguir destacado sugere que o resgate jurídico da origem de uma pessoa pode transcender o mero conhecimento desse passado:

*“Tentar, entretanto, revolver o passado, em busca de informações sobre si mesmo e sobre sua família, tentar alterar fatos jurídicos solidamente estabelecidos, tentar questionar os procedimentos que determinaram os principais aspectos de sua vida, e muito especialmente, tentar corrigir as distorções cometidas contra sua própria identidade, para finalmente ter um nome e uma identidade da qual possa orgulhar-se, significa uma empreitada considerável mesmo para as pessoas ditas ‘normais’.”*⁶

Por sua vez, analisar a adoção sob a perspectiva ora proposta demanda, necessariamente, crítica severa acerca do contexto social em que ela, hoje, se opera. Impõe o conhecimento de quem são as crianças e os adolescentes colocados em família substituta e, também, suas famílias de origem, bem como quais as suas reais condições de vida.

Na obra *Famílias de crianças e adolescentes abrigados, quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*, organizada por Eunice Teresinha FÁVERO, Maria Amália Faller VITALE e Myrian Veras BAPTISTA, publicada no ano de 2008, realizou-se uma pesquisa de campo com famílias de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente em entidades do município de São Paulo. Os dados apresentados refletem o terrível descompasso entre Direito e realidade:

“Pesquisas no âmbito nacional e no município de São Paulo constataram que a maior parte das crianças e dos adolescentes que vive em situação de abrigamento tem famílias, e a maioria delas não possui acesso a direitos sociais básicos: 67% de um total de 4.847 abrigados em São Paulo e 87,7%

⁶ DA SILVA, Roberto. *Os filhos do governo, a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. 2ª ed.. São Paulo: Ática, 1998, p.188.

*de um total de 20.000 crianças e adolescentes em abrigos investigados em âmbito nacional.”*⁷

A mesma pesquisa informa, ainda, que 98% das famílias quer desabrigar a criança ou adolescente, o que sugere manutenção do vínculo de afeto.⁸ E, por fim, atesta que, em 68% dos casos, há permanência de contato com a família substituta (sem discriminação das modalidades de guarda, tutela ou adoção) que recebeu a criança ou adolescente.⁹

Os dados de realidade apresentados acima parecem autorizar o reconhecimento da viabilidade da hipótese invocada quanto à reconstrução de vínculos entre a criança e o adolescente adotados e a sua família de origem. E, aceita tal hipótese, mostra-se necessário estudar como o Direito reage a essa reconstrução de vínculos percebida no mundo da realidade, o que é possível apenas por meio de um perturbador processo de reavaliação das atuais estruturas sociais e jurídicas do Direito da Infância e da Juventude. Primeiro, porque perpassa, de forma crítica, visões preconcebidas da relação pais e filhos e seu poder de superação e transformação. Segundo, porque inclui no processo de decisão o modo de ver o mundo de indivíduos não acostumados a falar por si porque historicamente não ouvidos atentamente.

Retomando o recorte da adoção para fins de delimitação dos trabalhos, percebe-se que a sua irrevogabilidade pode entrar em conflito com o direito à identidade e à origem da criança e do adolescente quando não há, por parte destes, uma sensação de pertencimento à família juridicamente construída. Nesses casos, as opções propostas pelo sistema jurídico limitam-se a um conjunto de princípios de difícil delimitação, como é o caso do princípio do melhor interesse, de ampla carga conceitual e que contempla interpretações subjetivas das mais variadas, além de uma argumentação técnico-dogmática que distingue o direito à origem do direito à filiação e alimenta um círculo de sucessivos processos de adoção.

⁷ FÁVERO, Eunice Teresinha, VITALE, Maria Amália Faller e BAPTISTA, Myrian Veras (org.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados. Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008, p.19.

⁸ FÁVERO, Eunice Teresinha, VITALE, Maria Amália Faller e BAPTISTA, Myrian Veras (org.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados. Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008, p.38/39.

⁹ FÁVERO, Eunice Teresinha, VITALE, Maria Amália Faller e BAPTISTA, Myrian Veras (org.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados. Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008, p75.

Indaga-se: uma vez que a criança ou o adolescente adotado conheça seu passado, com ele se identifique e a ele se contraponha uma vivência familiar no seio adotivo que lhe seja prejudicial, seria possível resgatar suas origens?¹⁰ O Direito, ao prever a irrevogabilidade da adoção, sugere não ser possível. Seria esta uma boa resposta à questão? Quais os limites para permanência de uma realidade construída juridicamente? Seriam esses limites eminentemente jurídicos ou advindos de outros ramos das ciências humanas?

Questiona-se, ainda, se, a par da irrevogabilidade, a previsão de rompimento total de vínculos entre a criança ou o adolescente adotado e a sua família biológica pode acabar por comprometer a formação da identidade plena dessas pessoas cuja história possa ser descoberta na busca incessante por autoconhecimento.

Acredita-se, portanto, que dois pilares do instituto da adoção merecem detida atenção. O primeiro deles é a irrevogabilidade, na ânsia por garantia de permanência e estabilidade diante de realidades essencialmente instáveis e dinâmicas. O segundo, o próprio rompimento de vínculos entre a criança ou adolescente adotado e sua família biológica, num processo artificial de esquecimento do passado que tende a esvaziar a formação da identidade e da personalidade.

Tais questões são importantes quando apreciadas no contexto de necessária distinção de tratamento da criança ou do adolescente como sujeito ou objeto de direitos. Isso porque, ao atribuir ao adulto a competência de “falar pela criança”, acentua-se o risco de tratar a criança ou o adolescente não mais como sujeito de direitos, mas sim como objeto de direitos, sobre o qual operadores da ciência jurídica teriam competência para determinar os caminhos que considerassem mais apropriados.

Na verdade, ao pensar na noção de pertencimento ou estranhamento da criança ou do adolescente diante de uma realidade juridicamente construída pela adoção, e suas consequências jurídicas, cogita-se que tal sensação transcende a identidade jurídica ou a filiação da criança ou do adolescente. Seu alcance parece ser interdisciplinar, extrapolando o mundo estritamente jurídico. Essa percepção gera falta de domínio do caso pelos operadores do Direito que passam a depender do olhar da criança para manter ou não uma realidade jurídica. Indaga-se: o Direito sucumbe a esse olhar?

Janusz KORCZAK, ao analisar a situação de menosprezo e desconfiança com que é tratada a criança pelos adultos, lembra que “*para conquistar respeito e admiração*

¹⁰ Por certo, essa hipótese é colocada quando a família de origem não mais oferece perigo ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

*é preciso ser grande, ocupar muito espaço. O que é pequeno é banal e desinteressante. Gente pequena, necessidades pequenas, pequenas alegrias e tristezas. (...) A criança é pequena, é leve, é pouca coisa. É preciso inclinar-se na sua direção, abaixar-se.”*¹¹

Longe de sucumbir ao olhar e à voz da criança e do adolescente, o Direito, ao ampliar os espaços para recepcioná-los e devidamente considerá-los, pode se fortalecer. Para isso, contudo, deve se dispor a seguir em direção à criança e ao adolescente para ouvi-los e com eles construir sua noção de identidade e, mais uma vez com eles, traçar seus possíveis destinos. Nesse processo de escuta, os operadores do Direito podem se deparar com o fato de que a construção da identidade de crianças e adolescentes adotados pode estar, de forma exclusiva ou complementar, vinculada a mais de uma referência familiar. Portanto, devem ser pensadas novas possibilidades jurídicas para recepcionar essa realidade múltipla e complexa.

Para desenvolver a ideia acima proposta, este trabalho foi dividido em três principais partes.

A primeira – Capítulo I – busca apresentar a estreita relação entre Direito da Infância e Juventude e Direitos Humanos, além de traçar a evolução histórica daquele ramo do Direito, o que muito auxilia no reconhecimento e posterior desconstrução de estigmas formadores de conceitos ainda correntemente invocados na área de proteção à criança e ao adolescente.

O Capítulo II tem o propósito de apresentar o arcabouço jurídico da adoção, com o estudo da lei, da doutrina e da jurisprudência sobre o tema, notadamente voltadas às disposições afetas ao rompimento de vínculo entre a criança ou adolescente adotado e sua família de origem e à irrevogabilidade do instituto. As decisões judiciais ali relacionadas buscam servir como fundamento que sinaliza a alteração de paradigma defendida ao final deste trabalho.

Por sua vez, o Capítulo III procura fazer um contraponto ao cenário jurídico detalhado no capítulo anterior, revisitando conceitos sob enfoque interdisciplinar e ressaltando o descompasso possível entre o Direito e a sua prática, muitas vezes marcada por uma ideologia historicamente construída e ainda presente nos discursos de aparente proteção à criança e ao adolescente. Ao final, apresenta-se uma análise sociológica que se propõe a apontar o dinamismo de uma realidade instável como um

¹¹ DALLARI, Dalmo de Abreu e KORCZAK Janusz, *O Direito da Criança ao Respeito*, 3ª ed.. São Paulo: Summus, 1986, p.69.

dos principais fatores de frustração face a movimentos incessantes por estabilidade e segurança jurídicas.

Em conclusão, busca-se repensar alguns conceitos e institutos, por meio de uma construção e desconstrução de valores e significados, bem como do deslocamento da centralidade do adulto para a da criança e do adolescente, conferindo-lhes voz no processo de decisão sobre os seus destinos. Ao final, o que se pretende é sedimentar o posicionamento crítico acerca da irrevogabilidade da adoção e da previsão de rompimento total de vínculos entre a criança e o adolescente adotados e sua família biológica, cogitando-se em uma realidade familiar múltipla que melhor contemple a formação da identidade e da personalidade desses sujeitos de direito.

Por fim, necessário esclarecer que o sigilo judicial dos processos que envolvem crianças e adolescentes prejudicou a apresentação, neste trabalho, de estudo de caso, conforme documento da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo juntado no anexo. Portanto, os questionamentos propostos nesta dissertação tiveram que ser desenvolvidos na base de hipóteses e não de casos concretos, o que, apesar de não desnaturar o seu conteúdo ou essência, tornou pouco ilustrativa a realidade das adoções mal sucedidas com as quais se deparam, cotidianamente, os operadores da ciência jurídica. Parte-se da premissa, portanto, de que tais situações ocorrem no mundo da vida e, por isso, merecem a detida atenção do Direito.

CONCLUSÃO

Repensando a adoção. A construção do futuro e o respeito ao passado: uma compatibilização jurídica necessária.

“Menino chorando na noite

Na noite lenta e morna, morta noite sem ruído, um menino chora.

*O choro atrás da parede, a luz atrás da vidraça
perdem-se na sombra dos passos abafados, das vozes extenuadas.*

E no entanto se ouve até o rumor da gota de remédio caindo na colher.

Um menino chora na noite, atrás da parede, atrás da rua,

longe um menino chora, em outra cidade talvez,

talvez em outro mundo.

E vejo a mão que levanta a colher, enquanto a outra sustenta a cabeça

e vejo o fio oleoso que escorre pelo queixo do menino,

escorre pela rua, escorre pela cidade (um fio apenas).

E não há ninguém mais no mundo a não ser esse menino chorando.”

(Carlos Drummond de Andrade)

O olhar dos adultos difere daquele com o qual as crianças conhecem o mundo à sua volta e se relacionam com as pessoas que cruzam os seus caminhos. É um olhar marcado pelo entusiasmo e pela curiosidade que tocam as coisas mais banais e cotidianas e as tornam maravilhas dignas de nota. É também um olhar esperançoso e desprovido de julgamentos. Assim, quando crianças ou adolescentes afastados de sua família biológica são convidados a se expressarem sobre tal distanciamento, não raras vezes se escuta que o pai ou a mãe não “podem” ficar com eles. Raro é ouvir que eles não “querem”. Apenas não podem, e isso basta para perdoá-los e entendê-los.

O interesse no aprofundamento dos estudos envolvendo a adoção surgiu das surpreendentes lições recebidas de crianças e adolescentes que, ainda pequenos, vivenciaram dificuldades e privações que muitos adultos jamais experimentarão ao longo de toda a vida. Pequenos em tamanho, mas grandes em maturidade e em compreensão do mundo. A família, para crianças e adolescentes, já vem carregada de significados, muitas vezes diferentes daqueles que os adultos atribuem ao mesmo conceito. Ela está nas histórias contadas nos cantos das instituições de acolhimento institucional e nas fotografias ao lado das camas como algo a que se deve apegar, como um pertence valioso que se traz na bagagem e que não se pode perder. Irmãos maiores defendendo os caçulas, preocupados em não ficarem longe uns dos outros, andando de mãos dadas enquanto ensinam o que já tiverem a oportunidade de aprender. A coragem de uma filha, em plena audiência, indagando uma autoridade sobre quem cuidaria de sua mãe doente, condicionando o cumprimento de uma decisão ao compromisso de cuidarem dessa mãe, ausente, doente, mas querida. Um adolescente que dizia acordar assustado em razão de pesadelos com o juiz da infância, temendo que fosse mandado para um lar que já não reconhecia como seu.

Essas são cenas protagonizadas por pessoas que se elevaram à altura de adultos para se fazerem ouvir, já que o movimento contrário incomoda aqueles acostumados à confortável posição de pretensa superioridade.

Nos anos de trabalho na área da infância e juventude, as situações acima descritas foram reproduzidas a cada dia e, somadas, deflagraram a inquietante constatação de que o julgamento adulto das famílias que tem seus filhos afastados do convívio não coincidia com o julgamento das próprias crianças e adolescentes que sofriam com esse afastamento. Percebeu-se que, de fato, grande parte dos acolhimentos institucionais decorria de doença dos pais, especialmente dependência química, e de

uma forma de vida em que se negligenciavam cuidados que eles mesmos, quando na infância, não aprenderam a ter. Raros eram os casos de acolhimento institucional por violência contra os filhos. No momento em que se atentou para isso, a frase tantas vezes ouvida – “meus pais não *podem* ficar comigo” – passou a fazer mais sentido do que a conclusão, muitas vezes sustentada em processos judiciais, de que o abandono se tratava de ato de pura vontade e falta de amor.

A experiência na lida diária com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sofrendo a maior das privações – o afastamento da própria família –, gerou um desassossego que culminou com o presente trabalho, no qual se buscou uma mudança de olhar sobre as famílias que tem seus filhos afastados do convívio por meio do acolhimento institucional e, ao final, da adoção.

É preciso esclarecer, contudo, que não se ignoram as estatísticas de violência, inclusive por omissão, contra crianças e adolescentes no seio de suas famílias, da mesma forma que não se diminui a importância da adoção como garantia efetiva do direito ao convívio familiar. Entretanto, o que se propõe é se atentar para o caráter dual da adoção: a construção jurídica de uma família para crianças e adolescentes, precedida, contudo, da desconstrução de uma história, uma origem e um passado.

A busca pelo esquecimento e pelo distanciamento da família originária que se desconstroi com a adoção pode comprometer a formação da identidade e da personalidade das crianças e dos adolescentes sujeitos a tal instituto.

De início, é preciso repensar as premissas que embasam, juridicamente, o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias biológicas. Isso porque, conforme desenvolvido ao longo deste trabalho, conceitos corriqueiramente lançados nos discursos forenses da área da infância e juventude são passíveis de questionamentos, uma vez que eivados de preconceitos históricos, como é o caso do termo “abandono” cuja intencionalidade é mitigada pelas privações sentidas pelas famílias em situação de vulnerabilidade. É preciso que o Estado se desonere do seu dever de proteção dessas famílias antes que elas sejam julgadas incompetentes para cuidarem de seus filhos, sob pena de se corromper a doutrina da proteção integral e reviver a realidade sentida na época do Código de Menores, quando a pobreza confundia-se com incompetência e delinquência.

A solidariedade, como princípio moral e direito humano, exsurge como fator determinante ao qual se deve se socorrer nos julgamentos das famílias sujeitas à tutela estatal. Recorrendo à solidariedade, a análise do modo de vida dessas famílias acaba se

despindo de preconceitos solidamente construídos ao longo da história e a conclusão primeira pela incompetência para cuidarem de seus filhos passa a dar lugar ao reconhecimento da capacidade de superação e de transformação quando direitos básicos lhes são garantidos.

Na ânsia compreensível de se evitar que os filhos repitam as agruras dos pais, os operadores do Direito e outros agentes do Estado buscam afastá-los da realidade considerada nociva ao invés de agirem sobre essa realidade, transformando-a.

Nesse contexto, muitas adoções aconteceram e, a partir de então, justificaram o rompimento total de vínculos entre a criança e o adolescente adotados e as famílias de origem.

Contudo, lembram a doutrina e a jurisprudência, em um primeiro momento, que tal rompimento atinge os vínculos jurídicos e não naturais. De fato, não há como apagar o passado e a origem de uma pessoa sem corromper seu direito fundamental à dignidade. Sobre a dignidade, pertinente transcrever a lição de Zygmunt BAUMAN:

“Não é apenas que a vida digna e o respeito devido à humanidade de cada ser humano se combinem num valor supremo que não pode ser superado ou compensado por nenhum volume ou quantidade de outros valores, mas que todos os outros valores só são valores na medida em que sirvam à dignidade humana e promovam a sua causa. Todas as coisas valorosas na vida humana nada mais são que diferentes fichas para a aquisição do único valor que torna a vida digna de ser vivida. Aquele que busca a sobrevivência assassinando a humanidade de outros seres humanos sobrevive à morte de sua própria humanidade.

*A negação da dignidade humana deprecia o valor de qualquer causa que necessite dessa negação para afirmar a si mesma. E o sofrimento de uma única criança deprecia esse valor de forma tão radical e completa quanto o sofrimento de milhões.”*¹²

Por essa razão, atualmente, a lei é expressa ao autorizar o acesso ao processo de adoção e, por consequência, à história das pessoas nele envolvidas. Essa previsão legal é recente – a partir da Lei nº 12.010/2009 – e seus efeitos serão sentidos apenas com o passar do tempo, quando as crianças e adolescentes adotados tornarem-se adultos e

¹² BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.102/103.

optarem pelo conhecimento de seu passado. Certamente uma escolha corajosa, que trará consequências na formação de suas identidades e personalidades.

Oportuno ressaltar que, conforme ensinamento de Zygmunt BAUMAN, a busca pela identidade insere-se em um processo de autoconhecimento que nada tem de linear:

*“(...) Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a idéia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.”*¹³

A construção da identidade, segundo o mesmo autor, pressupõe a possibilidade de escolha que, até a edição da Lei nº 12.010/2009, era reconhecida apenas de forma pontual por decisões de Tribunais, não integrando o Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange à disciplina da adoção:

*“Afim de contas, perguntar ‘quem você é’ só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você; ou seja, só se você tem que fazer alguma coisa para que a escolha seja ‘real’ e se sustente.”*¹⁴

Nesse sentido, o real enfrentamento das questões afetas ao direito à origem de crianças e adolescentes adotados será devidamente dimensionado com o passar dos anos, o que – acredita-se – demandará uma revisão de conceitos até então solidamente invocados na área da infância e juventude, notadamente quanto ao rompimento total de vínculos entre a criança e o adolescente adotados e suas famílias de origem, podendo alcançar, inclusive, a irrevogabilidade do instituto.

Atualmente, a jurisprudência já se debruça sobre situações em que se reconhece que o rompimento de vínculo jurídico entre a criança e adolescente adotados e suas

¹³ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.17/18.

¹⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.25.

famílias biológicas também é relativo. A par dos impedimentos matrimoniais – exceção expressamente prevista em lei – destacam-se decisões judiciais que consideraram a manutenção não só dos vínculos naturais, mas também jurídicos, como nos casos de investigação de paternidade e, inclusive, direito a alimentos devidos pela família biológica, conforme julgados relacionados em capítulo deste trabalho.

Percebe-se, portanto, que a realidade envolvendo a adoção e a opção legislativa pelo rompimento total de vínculos com a família de origem desafiam os Tribunais que, por sua vez, acabam por mitigar essa pretensa ruptura de laços, quer reconhecendo a impossibilidade de desfazimento dos vínculos naturais, quer antevendo situações em que o próprio vínculo jurídico deva prevalecer.

Portanto, apesar da busca pelo esquecimento da família biológica de crianças e adolescentes adotados, o mundo da vida reclama por sua existência, na medida em que o passado e a história de um ser humano não se desfazem pela simples pretensão legislativa.

Sustentou-se ao longo deste trabalho que as pessoas interessadas na adoção muitas vezes procuram uma criança que se assemelhe aos seus propósitos de vida, o que reflete, inclusive, na semelhança física que se busca garantir por meio, por exemplo, da escolha do tom de pele. Nesse contexto, o reconhecimento do diferente e do estranho, representados pelos familiares biológicos, que não podem ser moldados à imagem da família interessada na adoção e que vem impregnados de estigmas, amedronta, suplantando qualquer ideia que se possa ter de solidariedade como móvel principal do intuito de adotar. Disso resulta o caráter não raramente individualista das adoções, o que, infelizmente, se coaduna com um mundo em que as posições de solidariedade humana enfraquecem-se a cada dia. Segundo Zygmunt BAUMAN:

“A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a idéia de ‘interesse comum’ fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático.

*Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. Não se somam, não se acumulam numa ‘causa comum’, não têm endereço específico, e muito menos óbvio.”*¹⁵

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.170.

Assim, conforme já assinalado ao longo deste trabalho, acredita-se que o rompimento de vínculos com a família biológica reflete esse temor existente na sociedade atual de convívio com o que é diferente e estranho. Um temor adulto, que pouco ou nada reflete os interesses e desejos das crianças e adolescentes sujeitos a tal ruptura de laços.

O pertencimento que se procurou destacar neste trabalho do Direito da Infância e Juventude na categoria de Direitos Humanos foi proposital e oportuno, porque a mudança de perspectiva envolvendo a adoção, de uma visão individual para um enfoque social de solidariedade, possibilita uma revisão do instituto de modo a torná-lo mais sensível aos reclamos sociais, sem previsões legais que possam comprometer o direito à identidade de crianças e adolescentes adotados e, por consequência, o direito à própria dignidade dessas pessoas.¹⁶

Não se ignora que essa mudança de perspectiva vai de encontro à lógica de mercado existente nas sociedades atuais; contudo, socorrer-se do valor solidariedade parece ser vital à existência dessa própria sociedade, conforme ensina Zygmunt BAUMAN:

“A sobrevivência e o bem-estar da communitas (e também, indiretamente, da societas) dependem da imaginação, inventividade e coragem humanas de quebrar a rotina e tentar caminhos não experimentados. Dependem, em outras palavras, da capacidade humana de viver com riscos e de aceitar a responsabilidade pelas consequências. São essas capacidades que constituem os esteios da ‘economia moral’ – cuidado e auxílio mútuos, viver para os outros, urdir os tecidos dos compromissos humanos, estreitar e manter os vínculos inter-humanos, traduzir direitos em obrigações, compartilhar a responsabilidade pela sorte e o bem-estar de todos – indispensável para tapar os buracos escavados e conter os fluxos liberados pelo empreendimento, eternamente inconcluso, da estruturação.

¹⁶ O desenvolvimento deste trabalho volta-se ao deslocamento dos estudos da adoção de um enfoque individual adultocêntrico para um olhar de solidariedade social. Perpassa, portanto, as três gerações de direitos humanos, intrinsecamente interdependentes: I. os direitos e liberdades individuais (1ª geração), entendidos, contudo, sob a perspectiva da criança e do adolescente; II. os direitos sociais (2ª geração), refletidos na imprescindível intervenção positiva do Estado, por meio de políticas públicas eficientes, para fortalecimento das capacidades das famílias, evitando, na prática, o afastamento de pais e filhos por motivos de carência material e desigualdade social; e III. os direitos de solidariedade (3ª geração), compreendidos como uma estreita relação entre seres humanos que se sensibilizam e se solidarizam uns com os outros, no caminho de busca de paz social.

(...)

O maior e provavelmente mais fundamental sucesso da ofensiva do mercado até agora tem sido o gradual mas persistente (embora de modo algum se possa considerá-lo completo e irreparável) esfacelamento das habilidades de sociabilidade.

(...)

*O desvanecimento das habilidades de sociabilidade é reforçado e acelerado pela tendência, inspirada no estilo de vida consumista dominante, a tratar os outros seres humanos como objetos de consumo e a julgá-los, segundo o padrão desses objetos, pelo volume de prazer que provavelmente oferecem e em termos de seu 'valor monetário'. Na melhor das hipóteses, os outros são avaliados como companheiros na atividade essencialmente solitária do consumo, parceiros nas alegrias do consumo, cujas presença e participação ativa podem intensificar esses prazeres. Nesse processo, os valores intrínsecos dos outros seres humanos singulares (e assim também a preocupação com eles por si mesmos, e por essa singularidade) estão quase desaparecendo de vista. **A solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor.**" (grifos nossos) ¹⁷*

Assumindo a solidariedade como princípio moral e direito humano, a impulsionar o propósito de adotar, as estruturas familiares nas quais estariam insertos crianças e adolescentes adotados sofreriam alterações, refletindo a configuração de rede familiar ao invés de núcleo familiar, a qual contemplaria não apenas a família adotiva, mas também a família biológica. A jurisprudência existente quanto às filiações plurais, estudada em capítulo pertinente deste trabalho, ampara esse posicionamento, qual seja, o de que a adoção, quando pensada sob a ótica do valor solidariedade, despindo-se de seu caráter individualista, enseja um acréscimo de família à criança ou adolescente e não uma opção por uma em detrimento da outra. Tratar-se-ia, portanto, de uma família complementar e não substituta.

Ensina Enézio de Deus SILVA JÚNIOR que, a depender da eleição de alguns valores em certo momento histórico, a família adquire uma determinada forma, sendo, portanto, um fenômeno social em constante mutação:

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.94/96.

*“(...) se olharmos a evolução histórica dessa instituição, constataremos que grande número de comportamentos vistos como exceções se tornaram regras, e vice-versa (...) Não há transformação em uma só direção. Conforme os interesses socioeconômicos de uma sociedade, conforme o destaque que uma sociedade dá a certos valores, as estruturas familiares vão se modificando. Fala-se em ‘crise’ da família, mas esquecemos que toda e qualquer mudança ou estado de evolução permanente, de qualquer fenômeno social, implica transformação constante (PRADO, 1995, p.60-61).”*¹⁸

Destaca o mesmo autor que:

*“As famílias escapam ao legível, por serem complexos subjetivos e produtos culturais mutantes. Conformando-se para a realização dos seres que as compõem, demandam – ao revés de interferência delimitadora – proteção estatal, no modo singular de suas expressões.”*¹⁹

A eleição da solidariedade como valor caro a uma sociedade plural justificaria nova forma de configuração familiar que, ao contrário de limitar as referências de proteção da criança e do adolescente adotados, as ampliariam.

Importa recordar que, quando inicialmente se reconheceu a possibilidade de adoção por casais homossexuais, a questão do registro civil da criança ou do adolescente colocou-se da seguinte forma: como uma certidão de nascimento na qual se omitiam as figuras maternas e paternas poderia ser aceita em uma sociedade preconceituosa e qual os efeitos desse estranhamento no bem estar das crianças e adolescentes adotados? Idêntica questão se coloca com a mudança de perspectiva que se pretende conferir à adoção, da qual decorre um registro de nascimento com filiação múltipla.

Enquanto a adoção for um estigma na vida dos que foram adotados e também na daqueles que adotaram, tal questão afeta ao registro civil realmente estará superdimensionada. Acredita-se, contudo, que estigmas e preconceitos possam ser superados e que o estranhamento em relação ao registro civil com filiação múltipla é

¹⁸ SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. *A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais*. 4ª ed.. Curitiba: Juruá, 2010, p.44.

¹⁹ SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. *A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais*. 4ª ed.. Curitiba: Juruá, 2010, p.55.

questão menor frente aos direitos fundamentais que se busca garantir – a origem e a identidade de um ser humano, como formadores de sua dignidade. O Direito, ao contrário de se moldar aos estigmas e preconceitos envolvendo a adoção, deve impulsionar movimentos que permitam a sua superação ao longo dos anos.

Caso se perceba, no caso concreto, que a filiação múltipla possa acarretar prejuízos ao desenvolvimento psíquico e emocional de crianças e adolescentes adotados, em virtude de comprovada rejeição por parte destes, cogita-se na intervenção pontual do Judiciário para retificação do registro civil. A premissa, contudo, é a de reconhecer valor intrínseco à origem de crianças e adolescentes adotados para fins de formação da identidade e personalidade. Ao Direito, portanto, caberia abreviar o caminho de conhecimento e construção da história dessas pessoas sujeitas à adoção, tornando-o um percurso menos aflitivo e tortuoso.

Nesse contexto, o rompimento de vínculos entre a criança e o adolescente adotados e a família biológica perde sua razão de ser porque tanto esta família quanto a adotiva integrariam a sua identidade, inclusive em termos jurídicos, sustentando-se a filiação múltipla enquanto perdurassem o vínculo socioafetivo e o interesse no resgate da história pessoal.

Nessa linha de raciocínio, as justificativas para a irrevogabilidade da adoção acabam por se enfraquecer.

Inicialmente, estando a solidariedade a integrar o julgamento das famílias em situação de vulnerabilidade, raras seriam as adoções prematuras. A capacidade de superação e transformação dessas famílias, protegidas pelo Estado, também seria aceita com mais facilidade, ao invés da conclusão por sua incompetência nos cuidados com os filhos.

Da mesma forma, ao assumir a solidariedade como móvel para a adoção, seus resultados a longo prazo seriam mais positivos. Isso porque, sem a visão individualista de se buscar um filho à imagem e semelhança dos pais, as diferenças em relação à família adotiva, afloradas ao longo da vida da criança ou do adolescente adotado, não seriam fatores de frustração e quebra de expectativa. Seriam aceitas, ao contrário, como uma decorrência natural de reconhecimento do outro como um ser autêntico e único, com vícios e virtudes nascidos e adquiridos no decorrer de uma história que não pode ser ignorada ou esquecida.

Por fim, no cenário de filiação múltipla, não se mostra inconcebível o retorno de uma criança ou adolescente adotado ao convívio de sua família biológica, seguindo-se

as preferências de afeto e cuidado, e respeitando-se as mudanças de realidade vivenciadas ao longo da vida. Seriam movimentos observados dentro de uma mesma rede familiar.

Sobre a pretensa irrevogabilidade do instituto, é necessário ressaltar que o Direito da Infância e Juventude trabalha com polos em intensa mutação: de um lado, as famílias em situação de vulnerabilidade, como típico fenômeno social, em processo aflitivo de afirmação de direitos; e de outro, as crianças e adolescentes, em franco desenvolvimento de suas personalidades. Conforme já analisado ao longo deste trabalho, são dois vértices que alimentam relações dinâmicas e aceleradas, que nada tem de estanques. Buscar estabilidade e permanência neste contexto significa distanciar-se da realidade da vida e, a partir de então, assumir todas as incorreções decorrentes desse distanciamento.

A adoção não será irrevogável apenas porque o legislador assim o quer, da mesma forma que o amor e o respeito entre seres humanos não são perenes apenas porque assim deveriam ser. É preciso reconhecer a impotência do Direito face à realidade, para garantir que o descompasso entre um e outro não comprometa a afirmação de direitos de crianças e adolescentes.

Nesse processo de revisão de conceitos e alteração de paradigmas, imperioso ampliar os espaços para escuta atenta das crianças e adolescentes sob proteção estatal, com o fim de garantir-lhes voz quanto à definição de seus destinos, valendo-se da interdisciplinaridade como forma de enriquecimento do Direito da Infância e Juventude e melhor canal de comunicação com esses sujeitos de direito.

Segundo Janusz KORCZAK, as crianças são “*potenciais portadores de humanidade*”.²⁰ Com elas – e em respeito a elas –, é possível moldar o olhar adulto, reconhecendo novos e diferentes cenários para a mesma realidade cotidiana, aproximando-a, o máximo possível, dos anseios de pleno respeito à humanidade e à dignidade de cada criança e adolescente:

“Talvez fosse melhor mudar os costumes do mundo e tornar nossos hábitat mais hospitaleiro à dignidade humana, de modo que amadurecer não exigisse o comprometimento da humanidade de uma criança.

(...)

²⁰ In: BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.103.

A este nosso mundo não se pode impor legalmente a perfeição. Não se pode forçá-lo a adotar a virtude, mas tampouco persuadi-lo a se comportar de modo virtuoso. Não se pode fazer com que seja terno e atencioso para com os seres humanos que o habitam, e ao mesmo tempo tão adaptado aos seus sonhos de dignidade quanto idealmente se desejaria que fosse. Mas você deve tentar. Você vai tentar.

(...)

E você começaria pelo trabalho perpétuo de protegê-la [a dignidade] enquanto é tempo, durante a infância dessa dignidade.”²¹

Pensar a adoção sob o prisma da solidariedade, como princípio moral e direito humano, e não sob enfoque individual, pode colaborar para a construção de um mundo mais ajustado aos anseios de dignidade, no qual a história, a origem e o passado de um ser humano integrem a formação de sua identidade e personalidade, tornando-o pleno e completo desde a tenra infância.

²¹ BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.103/104.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do; e CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. 20ª. ed.. São Paulo: Saraiva, 2012.

ADORNO, Sérgio e MESQUITA, Miriam. Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes: O que Há para Comemorar? In: AMARAL JUNIOR, Alberto do e MOISÉS, Cláudia Perrone (org). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Edusp, 1999.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALVES, Jones Figueirêdo. Filiações Plurais. In: *Letrado. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, ed.. 105, julho/agosto de 2013*.

_____. Algumas Questões Controvertidas no Novo Direito de Família. In: DELGADO, Mario Luiz. *Questões Controvertidas no Novo Código Civil*. São Paulo: Malheiros, 2003.

AMARAL E SILVA, Antônio Fernando. O Estatuto, o Novo Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça da Infância e Juventude. In: *Do Avesso ao Direito*. São Paulo: Malheiros, 1994.

ARAÚJO, Silvana Micceli. Da caridade à justiça: uma análise da Justiça de Menores. In: *Os conflitos sociais da menoridade: uma análise da proteção jurídica do menor*. Programa de Políticas Públicas do Centro de Ciências Sociais, PUC/RJ, 1984.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSIS DE ALMEIDA, Guilherme e PERRONE-MOISÉS, Cláudia (org.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSIS DE ALMEIDA, Guilherme. *Direitos Humanos e Não-Violência*. São Paulo: Atlas, 2001.

AUAD, Denise. *A cidadania da criança e do adolescente de acordo com a atual Constituição Federal Brasileira e com a lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. São Paulo: USP (Faculdade de Direito). Dissertação de Mestrado, 2004.

AURENCHE, Guy. *A atualidade dos Direitos Humanos*. São Paulo: Loyola, 1984.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2005.

AYRES, Lygia Santa Maria. *Adoção: de menor a criança, de criança a filho*. Curitiba: Juruá, 2009.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. A Criança no Novo Direito de Família. In: WELTER, Belmiro Pedro e MADALENO, Rolf Hanssen (org). *Direitos Fundamentais do Direito de Família*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2004.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOZA, Heloísa Helena. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. *A família na travessia do milênio: Anais do II congresso brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte, Del Rey, 2000.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARROS, Sérgio Rezende de. A ideologia do afeto. *Revista Brasileira de Direito de Família* nº 14, Porto Alegre: Síntese/IBDFAM, julho/setembro, 2002.

_____. Direito de Família e Políticas Públicas. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado “et al” (coords.). *Problemas da Família no Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, pp. 1-18.

BARROSO, Luis Roberto e BARCELLOS, Ana Paula de. *O Começo da História: a Nova Interpretação Constitucional e o Papel dos Princípios no Direito Brasileiro*. In: SILVA, Virgílio Afonso da (org.). *Interpretação Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Legisladores e Intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto. *O direito civil na Constituição de 1988*. São Paulo: RT, 1990.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Estado, Governo e Sociedade*. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOLIEIRO, Helena e GUERRA, Paulo. *A criança e a família – uma questão de direito(s). Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e jovens*. Coimbra Editora, 2009.

BONAVIDES, Paulo. Dos princípios gerais de direito aos princípios constitucionais. In: *Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1997.

BOSCARO, Márcio Antônio. *Direito de Filiação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BOWLBY, J. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida. A Responsabilidade Civil por Dano Afetivo. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da e CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (coords.). *Grandes Temas de Direito de Família e das Sucessões*. 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 17-30.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2004.

CARVALHO, Ivan Lira. Adoção: Enfoque Multidisciplinar do Instituto. In: ALVIM, Teresa Arruda (coord). *Repertório de Jurisprudência e Doutrina sobre Direito de Família: Aspectos constitucionais, civis e processuais. Volume 02*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

CARVALHO RAMOS, André de. *Processo Internacional de Direitos Humanos*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. O Diálogo das Cortes: o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do e JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). *O SFT e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 805-850.

_____. A Interpretação Internacional dos Direitos Humanos: Choque ou Diálogo com o Supremo Tribunal Federal? In: BAPTISTA, Luiz Olavo e FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio (coords.). *Novos Caminhos do Direito no Século XXI. Direito Internacional, Filosofia Jurídica e Política, Dogmática Jurídica e Direitos Fundamentais. Uma Homenagem a Celso Lafer*. Curitiba: Juruá, 2012, pp. 281-313.

CHAVANNEAU DE GORE, S. Os pais biológicos. In: FREIRE, F. (org.). *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura de adoção II*. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.

CHAVES, Antônio. Adoção. Indispensabilidade do Exame de Todos os Elementos em Favor do Futuro e da Felicidade da Criança. In: *Revista da Universidade de São Paulo*. Volume 91. Dezembro/96.

COELHO, João Gilberto Lucas. *A criança e adolescente: a Convenção da ONU e a Constituição Brasileira*. Monografia fornecida pelo UNICEF. Brasília, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 6ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2008.

CUNHA, Alexandre dos Santos. Dignidade da Pessoa Humana: Conceito Fundamental do Direito Civil. In: MARTINS-COSTA, Judith (org). *A Reconstrução do Direito Privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

CURY, Munir (org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado, comentários jurídicos e sociais*. 10ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2010.

CURY, Munir, DE PAULA, Paulo Afonso Garrido e MARÇURA, Jurandir Norberto. *Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado*. 3ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2002.

DA SILVA, Roberto. *Os filhos do Governo, a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. 2ª ed.. São Paulo: Ática, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu e KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. 3ª ed.. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Nova Ortografia. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice; BASTOS, Eliene Ferreira e MORAES, Naime Márcio Martins (coords.). *Afeto e Estruturas Familiares*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

DOLTO, Françoise e HAMAD, Nazir. *Destinos de crianças: adoção, família, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DOXSEY, Sônia Maria Rabello. A participação da criança e do adolescente no processo. *Revista de Processo*, v.20, n.78, p.97-100. São Paulo, 1995.

ELIAS, Roberto João. *Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. 3ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIAS, José Fernando de Castro. *A origem do direito de solidariedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FÁVERO, Eunice Teresinha. *Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares*. São Paulo: Veras, 2001.

_____ (org.) *Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo socioeconômico*. São Paulo: Veras/Fundação Orsa, 2000.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; e BAPTISTA, Myrian Veras (orgs.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 13ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2011.

FONSECA, Cláudia. *Os caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Paulo Henrique da. Direitos humanos do pobres: entre a violação e a exclusão. In: BITTAR, Eduardo C. B. (coord). *Direitos Humanos no Século XXI. Cenários de Tensão*. Trabalhos reunidos pela Associação Nacional de Direitos Humanos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE, Fernando (org.). *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção III*. Curitiba: Terra dos Homens, 2001.

FREITAS, Marcos César (org.). *História social da infância no Brasil*. 5ª ed.. São Paulo: Cortez, 2003.

FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1999.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Princípios Constitucionais do Direito de Família*. São Paulo: Atlas.

GARCEZ, Sérgio Matheus. *O novo Direito da criança e do adolescente*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

GARCIA, Edinês Maria Sormani. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Leitura do Novo Código Civil em Relação à Família. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (coord). *Novo Código Civil: Interfaces no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

_____. *Direito de Família: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Editora Led, 2006.

GAUER, Gabriel J. e MACHADO, Débora Silva. *Filhos e Vítimas do Tempo da Violência- A Família, a Criança e o Adolescente*. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2008.

GOLDSTEIN, Joseph, FREUD, Anna e SONIT, Albert J.. *No interesse da criança?*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GOMES DA COSTA, Antônio Carlos, AMARAL E SILVA, Antônio Fernando, RIVERA, Deodato *et al.* *Brasil Criança urgente: Lei nº 8.069/90. O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente.* São Paulo: Columbus Cultural, 1990.

GOMES, Heloísa Szymanski R. *Um estudo sobre o significado da família.* Tese de doutorado, PUC/SP, 1987.

GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. *Assistência Social às Famílias nas Constituições Brasileiras.* Curitiba: Juruá, 2009.

GREGORI, José. A Herança Bendita da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Globalização dos Direitos, a Universalidade dos Direitos Humanos e as Peculiaridades Nacionais. In: MARCILIO, Maria Luiza (org). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos- Sessenta Anos: Sonhos e Realidades.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 45-58.

GUEIROS, D. A. *Adoção consentida: do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta.* São Paulo: Cortez, 2007.

GRISSARD FILHO, Waldyr. Famílias Reconstituídas: breve introdução ao seu estudo. In: GROENINGA, Giselle Câmara e PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia.* Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GROENINGA, Giselle. Do interesse à criança ao melhor interesse da criança: contribuições da mediação interdisciplinar. *Revista do Advogado*, n.62, 2001.

HAMAD, Nazir. *A criança adotiva e suas famílias.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HIRONAKA, Giselda. *O Direito e o diálogo com os demais saberes: a dinâmica interdisciplinar da experiência jurídica.* Bauru: Edite, 2006.

ISHIDA, Válter Kenji. *Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência*. 10ª ed.. São Paulo: Atlas, 2009.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A Declaração Universal dos Direitos Humanos- Sua Relevância para a Afirmação da Tolerância e do Pluralismo. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sessenta Anos. Sonhos e Realidades*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 27-43.

_____. Direitos Humanos em Hannah Arendt- Considerações sobre as Fontes Materiais da Declaração Universal de 1948. In: *Revista Justitia*, ano 65, vol. 198. São Paulo: Ministério Público de São Paulo, Procuradoria-Geral de Justiça, Associação Paulista do Ministério Público, 1º semestre 2008, pp. 111-115.

_____. *A Internacionalização dos Direitos Humanos. Constituição, Racismo e Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2005.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: MAGNOLI, Demétrio. *História da Paz: os tratados que desenharam o planeta*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 297-329.

_____. A Internacionalização dos Direitos Humanos: o desafio do direito a ter direitos. In: AGUIAR, Odílio Alves “et al.” (org). *Filosofia e Direitos Humanos*. Fortaleza: Editora UFC, 2006, p. 13-32.

LAMENZA, Francismar. *Os direitos fundamentais da criança e do adolescente e a discricionariedade do Estado*. Barueri, São Paulo: Manole, 2011.

LEITE, Eduardo Oliveira. A oitiva de crianças nos processos de família. *Revista Jurídica*, v.48, n. 278, p.22-38, Porto Alegre, 2000.

LEVINZON, Gina Khafif. *Adoção*. 1ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LIMA, Luciana Garcia de. *A negação da infância*. Rio de Janeiro: T + 8 Ltda., 2008.

LISBOA, Sandra Maria. *Adoção no estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. *Revista de Direito de Família*, nº 19. Porto Alegre: Síntese, 2003.

_____. A repersonalização das relações de família. In: *Consulex. Brasília. Ano VIII, nº 180, jul. 2004*.

_____. Princípio Jurídico da Afetividade da Filiação. *IBDFAM*, 2004.

MACEDO, Emilisa Curi de. Adoção: que caminho escolher? Refletir ou refletir preconceitos? In: LEITE, Eduardo Oliveira (org). *Grandes Temas da Atualidade: Adoção. Aspectos Jurídicos e Metajurídicos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri-São Paulo: Manole, 2003.

MACHADO, Martha de Toledo e NERY JUNIOR, Nelson. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Novo Código Civil à Luz da Constituição Federal. In: NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade (coord). *Revista de Direito Privado. Volume 12*. São Paulo: Revista dos Tribunais, outubro-dezembro de 2002.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente, aspectos teóricos e práticos*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. In: *Revista da Universidade de São Paulo. Volume 37*. Março/Maio de 1998.

MELGARÉ, Agassiz Almeida Filho Plínio (org.). *Dignidade da Pessoa Humana, fundamentos e critérios interpretativos*. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELO, Eduardo Rezende. *Crianças e adolescentes em situação de rua: Direitos Humanos e Justiça*. São Paulo: Malheiros, 2011.

MIRANDA, Sandra Julien. *Criança e Adolescente: direito a direitos*. São Paulo: Ridel, 1999.

MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Direitos da criança e adoção internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.1, 2002.

_____. *A declaração universal dos direitos da criança e seus sucedâneos internacionais (tentativa de sistematização)*. Editora Coimbra, v.1, 2004.

_____. *A proteção da criança no cenário internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, v.1, 2005.

_____. Adoção: Esquadrinhando o Instituto à Luz do Sistema Vigente. In: DELGADO, Mário Luiz (coord). *Questões Controvertidas no Novo Código Civil*. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. O Direito Internacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do e JUBILUT, Liliana Lyra (orgs.). *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 443-467.

MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos e GOMES, Isabel Cristina. Configuração das famílias adotivas no Brasil: a interface do jurídico com o psicológico. *JCR. Lisboa*, v.04, n.04, p.85-103, 2005.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Adoção – algumas contribuições psicanalíticas. *Direito de Família e Ciências Humanas, Caderno de Estudos n.01 do Instituto de Estudos Interdisciplinares de Direito de Família*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1997.

_____. Adoção pronta X Adoção pelo cadastro. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (org). *Grandes Temas da Atualidade: Adoção. Aspectos Jurídicos e Metajurídicos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MUSSEN, Paul H. *Desenvolvimento psicológico da criança*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, José Sebastião de. *Fundamentos Constitucionais do Direito de Família*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, R. C. S. *Crianças e adolescentes (des)acolhidos: a perda da filiação no processo de institucionalização*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2001.

_____. (coord. Pela AASPTJ/SP). *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo*. São Paulo: AASPTJ/SP, 2007.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada*. São Paulo: RT, 2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de Família, uma abordagem psicanalítica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

_____. *Princípios fundamentais norteadores do Direito de Família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. *Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PEREIRA, Cássio Rodrigues. *Estatuto da Criança e do Adolescente à Luz do Direito e da Jurisprudência*. Belo Horizonte: Editora Líder, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva. A adoção no Brasil após a Constituição Federal de 1988 e as novas perspectivas legais para a adoção internacional. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, vol.02, p. 417-431, 1994.

_____. O princípio do melhor interesse da criança: da teoria à prática. *A família na travessia do milênio, Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

_____. O cuidado como valor jurídico. In: PEREIRA, Tânia da Silva e PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org.). *A ética da convivência familiar*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. *Direito da Criança e Adolescente, uma proposta interdisciplinar*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PEREIRA, Tânia da Silva e MELO, Carolina de Campos. Infância e Juventude: os direitos fundamentais e os princípios constitucionais consolidados na Constituição de 1988. In: *Revista Trimestral de Direito Civil n° 03*. Rio de Janeiro: Padma, 2000.

PEREIRA, Tânia da Silva e OLIVEIRA, Guilherme de (coord.). *Cuidado e Vulnerabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

cuidado como valor jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PES, João Hélio Ferreira (coord). *Direitos Humanos. Crianças e Adolescentes*. Curitiba: Juruá, 2010.

PETRI, Maria José Constantino. *O direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária: responsabilidade da família, da comunidade e do Estado*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 11^a edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Temas de Direitos Humanos*. 3^a ed.. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Reforma do Judiciário e Direitos Humanos. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; e ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (org). *Reforma do Judiciário analisada e comentada*. São Paulo: Editora Método, 2005.

_____. Direitos Humanos Globais, Justiça Internacional e o Brasil. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do e MOISÉS, Claudia Perrone (org). *O Cinquentenário da Declaração dos Direitos do Homem*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. Direitos Humanos: Desafios da Ordem Internacional Contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia (coord). *Direitos Humanos. Volume I*. Curitiba: Juruá, 2009, pp. 15-37.

_____. Direitos Humanos, o Princípio da Dignidade Humana e a Constituição de 1988. In: *Revista dos Tribunais*, ano 94, volume 833, março de 2005, p. 40-53.

_____. Declaração Universal de Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. In: MARTEL, Letícia de Campos Velho. *Estudos Contemporâneos de Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, pp. 339-358.

_____. Hierarquia dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: Jurisprudência do STF. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do e JUBILUT, Liliana Lyra (org.). *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 129-145.

_____. Justiciabilidade dos direitos sociais e econômicos: desafios e perspectivas. In: CANOTILHO, J.J Gomes et al (coord). *Direitos Fundamentais Sociais*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 53-69.

PIOVESAN, Flávia e GARCIA, Maria (org.). *Doutrinas essenciais de Direitos Humanos, volume IV, Grupos Vulneráveis*. São Paulo: Revista dos Tribunais (edições especiais 100 anos), 2011.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 6ª ed.. São Paulo: Contexto, 2008.

PROST, Antoine e VINCENT, Gérard (org.). *História da vida privada : Da primeira guerra a nossos dias*. Vol.05. 9ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RAMIRES, Rosana Laura de Castro Farias. Reflexões sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Crianças. In: PIOVESAN, Flávia e IKAWA, Daniela (coord). *Direitos Humanos: Fundamento, Proteção e Implementação. Perspectivas e Desafios Contemporâneos. Volume II*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 857-873.

RAMOS, Elival da Silva. Os Tratados sobre Direitos Humanos no Direito Constitucional Brasileiro Pós-Emenda Constitucional 45/2004. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do e JUBILUT, Liliana Lyra (org.). *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 146-188.

RIBEIRO, Paulo Hermano Soares; SANTOS, Vívian Cristina Maria; e SOUZA, Ionete de Magalhães. *Nova lei de adoção comentada*. 2ª ed.. Leme, São Paulo: JH Mizuno, 2012.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças, a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2ª ed.. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Exclusão Social. In: *Revista Interesse Público*, n. 04/1999, p. 23-48

RUSSO, Jane. A assistência e proteção à infância no Brasil: a moralização do social. In: *O menor em debate. Espaço, Cadernos de Cultura, USU*, 53-85, 1985.

SANTOS, Lucinte Silva. Adoção no Brasil: Desvendando Mitos e Preconceitos. In: NAZARETH, Eliana Riberti e MOTTA, Maria Antonieta Pisano (coord). *Direito de Família e Ciências Humanas. Caderno de Estudos nº 02*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1998.

SANTOS, Romualdo Baptista dos. *A Tutela Jurídica da Afetividade*. Curitiba: Juruá, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 8ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. Os direitos sociais como direitos fundamentais: seu conteúdo, eficácia e efetividade no atual marco jurídico-constitucional brasileiro. In: LEITE, George Salomão e SARLET, Ingo Wolfgang. *Direitos Fundamentais e Estado Constitucional. Estudos em homenagem a J.J Gomes Canotilho*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Dignidade da Pessoa Humana e “Novos” Direitos na Constituição Federal de 1988: algumas aproximações. In: MARTEL, Letícia de Campos Velho. *Estudos Contemporâneos de Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, pp. 103-126.

_____. Segurança social, dignidade da pessoa humana e proibição do retrocesso: revisitando o problema da proteção dos direitos fundamentais sociais. In: CANOTILHO, J.J Gomes “et al” (coord). *Direitos Fundamentais Sociais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol.04. 3ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHUCH, Patrice. Direitos e sensibilidades: uma etnografia das práticas de justiça na infância e juventude. In: GROSSI, Miriam Pillar, HEILBORN, Maria Luiza e MACHADO, Lia Zanotta (org.). *Antropologia e direitos humanos, n.04*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

SÊDA, Edson. *Construir o passado*. São Paulo: Malheiros, 1993.

SESTA, Michele. Novas dimensões e perspectivas dos deveres dos pais. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado “et al” (coords.). *Problemas da Família no Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, pp. 145-158.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Marcos Alves da. *Do pátrio poder à autoridade parental: repensando os fundamentos jurídicos da relação entre pais e filhos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

SILVA, Priscila Menezes da. A amplitude da responsabilidade familiar. Da indenização por abandono afetivo por consequência da violação do dever de convivência. *IBDFAM*, 2010.

SILVA FILHO, Artur Marques da. *Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação*. 2ª ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. *A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais*. 4ª ed.. Curitiba: Juruá, 2010.

SILVEIRA, A. M. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras, 2005.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Ione de Magalhães. Responsabilidade civil e paternidade responsável: análise do abandono afetivo no Brasil e na Argentina. *IBDFAM*, 2009.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. *A efetividade dos direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Pillares, 2008.

SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira de. *Os direitos da criança e os direitos humanos*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2001.

STONE, L. Joseph e CHURCH, J. *Infância e Adolescência: uma psicologia da pessoa em desenvolvimento*. Belo Horizonte: Inter-livros, 1976.

SZNICK, Valdir. *Adoção*. 3ª edição. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1999.

TAKAHASHI, Estela Mayumi. A Adoção no Brasil. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da e CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (coords.). *Grandes Temas de*

Direito de Família e das Sucessões. 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 267-318.

TAVARES, Patrícia Silveira. *A adoção após a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

TEPEDINO, Gustavo. A disciplina jurídica da filiação na perspectiva civil-constitucional. In: *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TOMÁS, Catarina Almeida. Posso falar? De um direito adquirido a um direito subtraído. *Infância e Juventude, Lisboa, n.02*, p. 103-104, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A proteção internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

USTÁRROZ, Daniel e PORTO, Sergio Gilberto. *Tendências Constitucionais no Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

VARGAS, Marлизete Maldonado. Casos especiais de adoção – algumas questões para debate. *Direito de Família e Ciências Humanas. Caderno de Estudos n.01 do Instituto de Estudos Interdisciplinares de Direito de Família*, São Paulo: Jurídica Brasileira, 1997.

VERONESE, Joseane Rose Petry. Os direitos da criança e do adolescente: construindo o conceito de sujeito-cidadão. In: WOLKNER, Antônio Carlos e LEITE, José Rubens Morato (org.). *Os novos direitos no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito. In: SARMENTO, Daniel *et al* (coord). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 191-216.

_____. *Direitos Humanos. Normativa Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da Paternidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, nº 21, maio, 1979, p. 401-419.

VILLEY, Michel. *O Direito e os Direitos Humanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. Aspectos psicológicos das famílias por adoção. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (coord). *Grandes Temas da Atualidade. Adoção. Aspectos Jurídicos e Metajurídicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. O Filho Universal. In: NAZARETH, Eliana Riberth e MOTTA, Maria Antonieta Pisano (coord). *Direito de Família e Ciências Humanas. Caderno de Estudos nº 02*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1998.

_____. *Quero alguém que me chame de filho. Abandono, pobreza, institucionalização e o direito à convivência familiar*. Disponível em <[HTTP://lidiaw.sites.uol.com.br/convivenciafamiliar.htm](http://lidiaw.sites.uol.com.br/convivenciafamiliar.htm)>.

WELTER, Belmiro Pedro. *Igualdade entre as Filiações Biológica e Socioafetiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Inconstitucionalidade do processo de adoção judicial. In: WELTER, Belmiro Pedro e MADALENO, Rolf Hanssen (org). *Direitos Fundamentais do Direito de Família*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2004.

ZULIANI, Ênio Santarelli. Adoção no Ordenamento Jurídico Atual. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da e CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (coords.). *Grandes*

Temas de Direito de Família e das Sucessões. 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 239-266.